





**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.  
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020**

**CNPJ/MF nº 10.144.628/0001-14**

**NIRE 33.3.0028725-6**

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme disposto no art. 130, parágrafo 1º,  
da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

**I – DIA, HORA E LOCAL:**

Assembleia convocada e realizada em conformidade com o art. 131, c/c o art. 135, da Lei nº. 6.404/76 (“**LSA**”), tendo início às 14 horas do dia 29 de maio de 2020, na sede social da Petrobras Biocombustível S.A. (“**Companhia**”), na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Av. República do Chile, nº 500 - 29º andar.

**II – CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:**

Por se tratar a Companhia de subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS constituída na forma do caput do art. 251 da Lei nº 6.404/76, conforme Escritura Pública Lavrada no Livro nº. 3427, fls. 039/054, de 16/06/2008, do 13º Ofício de Notas, da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, sob nº 33.3.0028725-6, em 25 de junho de 2008, deixou-se de cumprir as formalidades considerando o comparecimento da única acionista, tudo isto na forma do art. 124 § 4º da Lei nº 6.404/76. Presente ao ato a Srta. NAIR COSTA GOMES, brasileira, solteira, advogada, identidade nº [REDACTED] expedida pela OAB/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] com escritório na Av. República do Chile, nº 65, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-912, com procuração como representante da Petróleo Brasileiro S.A. -

PETROBRAS, que ficou depositada na sede social da Companhia, e cuja presença foi devidamente formalizada com a assinatura na folha nº 38 do Livro de Presença dos Acionistas.

### **III – MESA:**

Presidiu os trabalhos o Presidente da Companhia, Sr. MARCIO BASTOS DEMORI, conforme caput do art. 47 do Estatuto Social da Companhia, tendo convidado para participar da mesa a Srta. NAIR COSTA GOMES, que também secretariou os trabalhos.

### **IV – QUESTÕES DE ORDEM:**

Em cumprimento ao disposto no Artigo 289, § 3º da Lei 6.404/76, a Petrobras Biocombustíveis S.A. comunica aos seus acionistas que as publicações ordenadas em lei passarão a ser realizadas qualquer meio de comunicação previsto na legislação que apresentem as melhores condições comerciais no momento da contratação das publicações.

### **V – ORDEM DO DIA:**

#### **Deliberar sobre**

- I. Aprovação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019;
- II. Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. Eleição de membro do Conselho Fiscal e suplentes; e
- IV. Fixação da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, na forma dos artigos 34 a 37 do Estatuto Social.

### **V – DELIBERAÇÕES:**

Depois de examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista, detentora de 100% das ações, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras decidiu:

- I. **Aprovar** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do Relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e pelo parecer do Conselho Fiscal.

II. **Aprovar** a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2019 na forma abaixo descrita:

a) Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019, no valor de R\$ 243.519.743,15 (duzentos e quarenta e três milhões quinhentos e dezenove mil setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos), para compensação parcial do saldo de prejuízos acumulados.

III. **Eleger** os seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia, para mandato com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2020:

a) Por indicação do acionista Petrobras:

Suplente: i) **João Eduardo Jost Magalhães**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade IFP/RJ nº [REDACTED] com endereço comercial na Avenida República do Chile, 500, 29º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.031-170, como suplente de Milton Piraino Junior.

b) Como representantes do Ministério da Economia:

Titular: **Paula Bicudo de Castro Magalhães**, brasileira, união estável, economista, portadora do documento de identidade SSP/DF [REDACTED] com endereço comercial na Avenida República do Chile, 500, 29º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.031-170.

Suplente: **Denis do Prado Netto**, brasileiro, casado, economista portador do documento de identidade SSP/DF nº [REDACTED] de [REDACTED] com endereço comercial na Avenida República do Chile, 500, 29º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.031-170, como suplente de Paula Bicudo de Castro Magalhães.

IV. **Aprovar**, dentro do limite autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI N° 81344/2020/ME), a remuneração global dos administradores no valor de R\$ 7.462.175,28 (sete milhões quatrocentos e sessenta e dois mil cento e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos), a remuneração global do Conselho Fiscal no valor de R\$ 349.441,33 (trezentos e quarenta e nove

mil quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos) e os honorários mensais da Diretoria Executiva em R\$ 74.593,48 (setenta e quatro mil quinhentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) para o Presidente e R\$ 71.764,55 (setenta e um mil setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) para os demais membros para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021. Fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios.

#### **VI – ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA:**

Não havendo mais nada a ser deliberado, o Senhor Presidente deu a sessão por encerrada às 15 horas, tendo suspenso os trabalhos para lavratura da presente Ata, no Livro nº 2 de registro das Atas das Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, folhas nº 93 a 96 que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, o Sr. MARCIO BASTOS DEMORI, Presidente da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A. e desta Assembleia, e a Srta. NAIR COSTA GOMES representante da acionista única, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e Secretária da Assembleia, conforme consta na folha nº 38 do Livro de Presença dos Acionistas. Os documentos submetidos à Assembleia, citados nesta ata, foram arquivados na Sede Social da Companhia, consoante o disposto no § 1º, alínea "a" do artigo 130 da Lei 6.404/76.

**Marcio Bastos  
Demori**

Assinado de forma digital por  
Marcio Bastos Demori  
Dados: 2020.06.01 10:12:36  
-03'00'

**MARCIO BASTOS DEMORI**  
Presidente

**Assinado digitalmente**  
**NAIR COSTA GOMES**  
Secretária da Assembleia

**Assinado digitalmente**  
**Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras**  
p.p. NAIR COSTA GOMES

**INSTRUÇÃO DE VOTO**

Consoante às disposições contidas no art. 36, § 4º, inciso V, do Estatuto Social da PETROBRAS, e do Padrão DI-1PBR-00253, aprovado pela Diretoria Executiva conforme Ata DE 5.579, item nº 1, Pauta nº 497, de 18/07/2019, instruo os procuradores nomeados na forma da procuração em anexo a votar a Ordem do Dia na Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Biocombustível S.A., que será realizada às 14 horas do dia 29 de maio de 2020, ou em outra data, horário e/ou local definidos pela acionista Petrobras, observada a legislação em vigor, de acordo com a seguinte instrução de voto:

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

i) **Aprovar** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do Relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes e pelo parecer do Conselho Fiscal.

ii) **Aprovar** a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2019 na forma abaixo descrita:

a) Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019, no valor de R\$ 243.519.743,15, para compensação parcial do saldo de prejuízos acumulados.

iii) **Eleger** os seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia, para mandato com término na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2020:

a) Por indicação do acionista Petrobras:

Suplente: i) **João Eduardo Jost Magalhães**, CPF [REDACTED] como suplente de Milton Piraino Junior.

b) Como representantes do Ministério da Economia:

Titular: Paula Bicudo de Castro Magalhães, CPF [REDACTED]

Suplente: Denis do Prado Netto, CPF [REDACTED] como suplente de Paula Bicudo de Castro Magalhães.

iv) **Aprovar**, dentro do limite autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI Nº 81344/2020/ME), a remuneração global dos administradores no valor de R\$ 7.462.175,28, a remuneração global do Conselho Fiscal no valor de R\$ 349.441,33 e os honorários mensais da Diretoria Executiva em R\$ 74.593,48 para o Presidente e R\$ 71.764,55 para os demais membros para o período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021. **Fixar** os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

Rio de Janeiro, de maio de 2020.

**DANIEL CLEVERSON PEDROSO**  
Gerente Executivo de Integração de Negócios e Participações





**Petrobras Biocombustível S.A.**  
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



**MENSAGEM DO PRESIDENTE**

O ano de 2019 de Petrobras Biocombustível foi marcado por muitas conquistas e pela superação de desafios importantes. Obtivemos lucro líquido recorde de R\$ 243,5 milhões, entre os quais a desvalorização da produção, o aumento das vendas, com a entrada em setembro do B11 (adição de 11% de biodiesel no diesel) e a diversificação do mix de matérias-primas, ampliando as margens obtidas com o verde do biodiesel.

Na Usina de Biodiesel de Monte Carmo, a produção atingiu o patamar recorde, com volume médio de 367 m³/dia, utilizando, como matéria-prima, 52% de gorduras e óleos residuais, com destaque para o mês de junho, quando atingimos um pico de 44% de utilização desse tipo de mix – nossas unidades podem combinar até cinco diferentes tipos de matérias-primas simultaneamente: óleo de soja, óleo de algodão, óleo de palma, gorduras animais e óleos residuais.

Não obstante os resultados excepcionais, a Petrobras Biocombustível também foi devidamente afetada pelas dificuldades no mercado do biodiesel, cujo preço principal foi o atraso, de março para setembro, da entrada em vigor do B11. Isso prejudicou as margens de contribuição de nossas usinas, frustrando a expectativa de reversão do resultado operacional.

O último quadrimestre, porém, trouxe novas esperanças: apresentamos Resultado Operacional (R\$ 19 milhões) e Lucro Líquido (R\$ 140 milhões) recorde para um trimestre. Além disso, tivemos a divulgação da informação do que o B12 entrará em vigor em março de 2020. Por isso, estamos confiantes de que as sementes plantadas até aqui poderão nos levar, finalmente, a um resultado operacional positivo em 2020.

Também foram destaque, em 2019, o apoio decisivo das usinas na Companhia, bem como o aumento de 26% na capacidade de produção das usinas autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Biocombustíveis (ANP).

Apesar que não tenhamos conseguido superar os resultados do ano anterior, o ano foi marcado por nossa saída de participações que não agregaram valor ao patrimônio da Companhia. Ao nos desligarmos da Belém Bioenergia Brasil (BBB) e do BioCave, preparamos as bases para os próximos desinvestimentos, atendendo ao planejamento estratégico de nossa estrutura, a Petrobras.

Apesar disso, tivemos uma renovação completa dos membros do Conselho Executivo, reduzimos nossa estrutura organizacional, tornando-a mais horizontalizada e adequada ao que é praticado no setor do biodiesel. Aprovamos, ainda, um novo Estatuto Social, cujo destaque foi o enfraquecimento do Conselho de Administração e a redução de capital da Companhia. Além disso, fortalecemos a descentralização da cultura de integridade e governança, bem como de valorização da vida. Os novos indicadores de segurança, meio ambiente e saúde também melhoraram: não houve nenhum vazamento e as taxas de atendimento por acidente com gravidade foram praticamente zero.

Finalmente, a de suma importância destaque o engajamento e o comprometimento com as metas da Companhia demonstrado por todo o time, que, mesmo em face aos desafios operacionais complexos, mostrou-se altamente especializada e ágil, garantindo o aumento da produção e o cumprimento dos compromissos assumidos com o mercado de biodiesel.

Com isso, a Petrobras Biocombustível está se consolidando com uma companhia íntegra, que respeita e valoriza as pessoas e o meio ambiente, com uma equipe comprometida e comprometida, capaz de superar desafios para entregar os melhores resultados e as suas ações e iniciativas, sempre lastreadas em relações de benefício mútuo com clientes e fornecedores.

Marcio Bastos Demori  
Presidente de Petrobras Biocombustível

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2019**

A Petrobras Biocombustível se manteve dedicada a aumentar a capacidade e a competitividade das usinas de biodiesel e a reduzir custos. Também está mantendo a estratégia de atuar no setor de produção de biodiesel e etanol, visando a necessidade de conhecer e estar na preparação dos ativos para vender, a fim de melhorar os resultados operacionais e estruturar o projeto de longo prazo.

**1.1. Biodiesel**

A Petrobras Biocombustível terminou o ano operando suas duas unidades de biodiesel – Candiares (BA) e Monte Carmo (MG) – que juntas entregaram 320,1 mil m³ de biodiesel, volume 3% maior do que o de 2018, ficando recorde tanto de produção como de processamento de matérias-primas. A unidade mineira atingiu o recorde de 327 m³/dia e volume médio de 305 m³/dia, na média do ano. 52% de gorduras e óleos residuais, sendo, inclusive, atingindo um pico de processamento de 65% desse mix no último bimestre. Já a unidade baiana também estabeleceu novo recorde de produção diária, com 530 m³, além da utilização de 38% de gorduras e óleos residuais na média do ano.

As usinas que não foram feitas para agregar valor aos processos produtivos de biodiesel têm sido resultados positivos, levando ao aumento do volume de produção, de vendas e de faturamento. Com diversas melhorias operacionais e, consequentemente, plantas mais modernas e baratas no processamento de matérias-primas, a Companhia obteve, em 2019, a autorização da ANP para aumentar a capacidade produtiva de ambas as usinas. Com incremento de 10%, a Usina de Monte Carmo poderá atingir 457 m³/dia e produzir, por dia, até 403,54 m³, ao passo que a Usina de Candiares poderá atingir anualmente 305 m³/dia e produzir, diariamente, até 645,45 m³, o que representa 40% de aumento de capacidade. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 472 mil m³/ano, volume 26% maior do que o autorizado para 2018.

A margem de contribuição da produção do biodiesel, embora menor do que o obtido em 2018, ainda se manteve como a segunda mais alta nos últimos cinco anos. Vários fatores foram responsáveis pela sua redução de 41%, entre os quais estão: o aumento dos preços das matérias-primas no mercado nacional, por causa de fatores internos (como a disputa comercial entre China e Estados Unidos), e a redução do preço do biodiesel, devido ao aumento da oferta; a queda de 30% na receita de coprodutos, principalmente a glicerina (que caiu 48%), e o baixo crescimento do consumo de diesel em relação ao esperado; e, principalmente, o acréscimo da concorrência após o atraso da entrada em vigor do mandado de B11.

Em face desse cenário, o incremento significativo do processamento de matérias-primas brutas de menor valor foi fundamental para que o resultado não fosse ainda mais prejudicado, melhorando os ganhos do ano e criando expectativas positivas de ganhos futuros. Além disso, mesmo com o queda dos preços, a Companhia também assegurou a expedição de produtos especiais, tendo firmado contratos de longo prazo, gerando o equilíbrio de parcerias elevadas de sua produção.

O custo de obtenção do Beto Commodity Fuel, em 2019, se manteve entre os mais competitivos do mercado, 53% menor do que o valor estimado para a concorrência. Tal resultado foi possível pela busca constante da Companhia em diversificar a aquisição de matérias-primas de agricultura familiar, pelo histórico de relações comerciais estabelecidas com cooperativas e demais fornecedores pela experiência acumulada ao longo dos anos.

Além das usinas de biodiesel próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BSBios (Brasão de Energia e Saneamento S.A.), que possui duas unidades: (i) a Usina de Biodiesel de Passo Fundo (RS) com capacidade de produção de 268 mil m³/ano (com previsão de ampliação para 414 mil m³/ano de biodiesel em 2020), capacidade de armazenamento de 1.152 mil toneladas e capacidade de armazenamento de 120 mil toneladas de grãos, 60 mil toneladas de bato e 7,5 mil m³ de biodiesel; e (ii) a Usina de Biodiesel de Marafá (PR), com capacidade de produção de 414 mil m³/ano e capacidade de armazenamento de 3 mil m³ de óleo vegetal, 1,5 mil m³ de gordura animal e 4,5 mil m³ de biodiesel. As duas unidades possuem capacidade autorizada de produzir 702 mil m³/ano de biodiesel, tendo entregue, em 2019, um volume 10,8% maior do que o de 2018. Em 2019, a Petrobras Biocombustível e a BSBios forneceram juntas 16% do biodiesel consumido no País.

Como parte do processo de desenvolvimento no setor de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustível está conduzindo a venda de 100% das ações da BSBios, em conjunto com a sua controladora, a RP Biocombustíveis S.A. (que detém os 50% restantes), por meio do processo competitivo conduzido exclusivamente pela Petrobras Biocombustível, seguida de sua Controladora de Desenvolvimento. Além disso, a Companhia vendeu, em novembro de 2019, sua participação de 50% na empresa Belém Bioenergia Brasil para a Galo Bioenergia B.V., que detém os outros 50%. A Petrobras Biocombustível também vendeu, em dezembro, sua participação minoritária de 6,07% na Biocave Industrial e Comercial S.A. (Biocave) para a 25 Participações Societárias EIRELI, que detém os outros 93,93% da participação na empresa.

**1.2. Etanol**

As principais participações da Petrobras Biocombustível na produção de etanol, Nova Fronteira e Quaraná, já haviam sido encerradas em anos anteriores, atendendo à estratégia de Petrobras de sair da produção desse biocombustível. Atualmente, a empresa possui apenas uma participação societária minoritária de 8,4% na Biomil Bioenergia. Em 2019, a unidade teve 1,1 milhão de toneladas de cana de açúcar e produziu 87,8 mil m³ de etanol hidratado.

**1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)**

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2019, um recorde da taxa de acidentes registráveis (TAR) que corresponde ao número de acidentes em um milhão de horas homem de exposição ao risco, acerto de casos de primeiros socorros. O TAR foi de 1,1, ficando abaixo do limite de alerta (2,4), tendo sido computado apenas um acidente registrável. A empresa seguiu apresentando um baixo índice de absenteísmo. Com o percentual de tempo perdido (PTP) de 1,56, manteve-se abaixo do limiar do ano anterior (1,63) e do limite de alerta (1,80).

Apesar disso, foram implementadas medidas para a melhoria da saúde da força de trabalho, com destaque para a campanha focada na qualidade de vida. Além disso, tem sido realizada uma constante sensibilização das lideranças sobre a importância de se manter um bom clima organizacional, de forma a reduzir os impactos causados pelo estresse e pela ansiedade, o que pode ser associado, inclusive, com o aumento da ocorrência de acidentes de trabalho.

Já em relação ao cuidado com o meio ambiente, a Companhia não registrou vazamentos de produtos ao longo de 2019.

**1.4. Corporativo e Recursos Humanos**

Em 2019, a Petrobras Biocombustível revisou sua estrutura organizacional, buscando, com um menor número de níveis hierárquicos, tornar-se uma empresa mais ágil e competitiva. Essa ação gerou economia de aproximadamente R\$ 3,1 milhões em 2019 e afetou em R\$ 7,4 milhões para os próximos anos, considerando as movimentações de pessoal que serão realizadas. A Diretoria Executiva aprovou o revisto de práticas de recursos humanos, em alinhamento com a estratégia da Companhia, de forma a reduzir custos e melhorar a produtividade. Com isso, foram adotadas, entre outras, as seguintes medidas: implementação de melhorias legais e normativas e contingenciamento dos treinamentos externos, privilegiando o investimento e a descentralização de conhecimento entre os próprios empregados; implementação do projeto-piloto de teletrabalho, visando a geração de produtividade; aprovação do Prêmio Por Desempenho Superior, para promover a motivação e maior engajamento com os times locais da Companhia.

**2. Resultado Consolidado**

A Petrobras Biocombustível apresentou lucro bruto positivo de R\$ 15,0 milhões e lucro operacional de R\$ 62,7 milhões. O lucro líquido atingiu R\$ 243,5 milhões e pelo aumento dos custos de produção, principalmente com a matéria-prima, diminuindo a margem de contribuição que se manteve um bom clima organizacional, de forma a reduzir os impactos causados pelo estresse e pela ansiedade. A partir do novo mandato, a Companhia apresentou margem de contribuição de produção de Biodiesel superior a 2018, sendo que o resultado operacional, no último quadrimestre, foi positivo em R\$ 19,4 milhões.

O Ebitda, em 2019, foi negativo em R\$ 51,9 milhões. Considerando ajustes não recorrentes, no caso, o custo de encerramento de operações da BBB (R\$ 25,6 milhões) e Ebitda ajustado atingiu o valor de R\$ 49,3 milhões.

O resultado financeiro líquido do ano foi de R\$ 205 milhões, com rendimento no âmbito das garantias do Resgate e da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC). Os resultados dos investimentos de Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos de R\$ 41,2 milhões, com equivalentes patrimoniais da BSBios de R\$ 84,6 milhões, e perdas na BBB de 28,1 milhões, expostas pelo aporte de R\$ 82,8 milhões para suprir as necessidades operacionais do Investido e reversão parcial de impairment de R\$ 24,7 milhões, referentes à elevação da participação na sociedade. Além disso, houve ganhos de R\$ 4,8 milhões referentes a ajustes de períodos anteriores da participação na Biocave.

Acolpação BetoMil não impacta o resultado da Companhia, pois foi integralmente provisionada para perdas em períodos anteriores. Por fim, não se desvalorizou o lote de ações da Companhia não possui dívida com instituições financeiras.

**3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

3.1. Membros da Diretoria Executiva  
 Marcio Bastos Demori - Presidente  
 Edmar José Correia Aires - Diretor de Biodiesel  
 Alexandre Quintão Fernandes - Diretor Administrativo e Financeiro  
 a.2. Membros do Conselho Fiscal:  
 Titulares:  
 Górges Azeites Dornela - Presidente  
 Milton Pinho Junior  
 Ernesto Carneiro Prezado  
 Suplentes:  
 Haroldo da Costa Belo  
 Fabrício Maia Pereira

**4. AGRADECIMENTOS**

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇO PATRIMONIAL				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7	56	3			
Contas a receber, líquidas	8					
FIDC		1.306.582	1.183.286			
Outras		177.895	178.819			
Estoque	9	56.252	36.590			
Impostos e contribuições	18.1	84.010	58.342			
Outros ativos circulantes		89	497			
		1.625.094	1.470.238			
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo	18.1	82.007	34.940			
Impostos e contribuições		2.283	1.926			
Depósitos vinculados		84.280	38.848			
Investimentos	11	274.882	163.437			
Imobilizado	12	327.354	122.254			
Intangível		8	43			
		633.544	322,670			
<b>Total do ativo</b>		2.258.298	1.792.916			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
	Nota	2019	2018		2019	2018
Receita de vendas de produtos e serviços	21	929.443	928.862			
Custo dos produtos vendidos	22	(814.454)	(874.414)			
<b>Lucro bruto</b>		114.978	54.478			
<b>Recargas (despesas)</b>						
Vendas	22	(5.963)	(8.786)			
Gerais e administrativas	22	(52.132)	(88.121)			
Tributárias		(14.298)	(14.278)			
Outras receitas, líquidas	23	(77.684)	(81.675)			
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos</b>		(82.715)	(7.287)			
<b>Resultado financeiro líquido</b>		295.044	267.917			
Despesas financeiras	25	(867)	(8.206)			
Receitas financeiras	25	263.249	275.357			
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	452	788			
Resultado de participações em investimentos	11	41.191	(28.131)			
<b>Lucro antes das despesas</b>		243.520	234.269			
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.2		(94.724)			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		243.520	179.865			
Lucro líquido e diluído por ação (em R\$)		552,05	411,12			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
	Nota	2019	2018		2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>						
Ganhos/(Perdas) atuariais - Plano de Pensão e Saúde					243.520	179.865
Reconhecido no patrimônio líquido	20.1	(8.467)	(3.796)			
<b>Participação no resultado abrangente das Investidas</b>						
Resultado não realizado - Itens disponíveis para venda						(8.400)
Propriedade para investimentos		(4.051)	-			
<b>Resultado abrangente total</b>		239.482	187.469			
<b>Atribuível ao:</b>						
Acionista da Sociedade		239.482	187.469			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Outros



**Petrobras Biocombustível S.A.**

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Balancos em 1º de Janeiro de 2018	4.378.444	(17.780)	12.102	(2.833.483)	1.490.283
Adoção inicial do CPC 48	-	-	(6.400)	8.400	-
Balancos em 1º de Janeiro de 2019	4.378.444	(17.780)	5.702	(2.825.083)	1.490.283
Lucro líquido do exercício	-	-	-	179.965	179.965
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Plano de Parcela e AMS	-	-	(3.795)	-	(3.795)
Balancos em 31 de dezembro de 2018	4.378.444	(17.780)	(64)	(2.645.118)	1.665.167
Aporte de Capital em Berra	208.228	-	-	-	208.228
Redução de Capital	(840.000)	-	(840.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	243.520	243.520
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Plano de Parcela e AMS	-	-	-	-	-
Propriedade para investimento - da Inveco	-	-	(8.487)	-	(8.487)
Balancos em 31 de dezembro de 2019	3.746.670	(17.780)	(13.212)	(2.401.603)	1.254.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	243.520	179.965
Ajustes para:		
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	3.877	2.458
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	(72.230)	(48.541)
Resultado de participações em investimentos	(41.191)	26.131
Depreciação e amortização	11.382	5.941
Provisão para perdas de créditos esperados	(25)	636
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	-	(24.418)
Valor residual bens baixados	-	125
Reversão do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(43)	(386)
Redução (aumento) de estoques		
Contas a receber	21.793	(30.389)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(72.727)	(33.511)
Estoques	(15.644)	5.306
Outros ativos circulantes e não circulantes	(692)	1.734
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	6.830	29.148
Contas a pagar e provisões	797	7.710
Impostos, taxas e contribuições a receber	(749)	2.775
Outros passivos	10.119	1.807
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	88.123	105.383
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aportes em investimentos	(52.888)	(61.610)
Aquisições de ativos imobilizados	(5.654)	(6.170)
Regresso em recebíveis de ativos financeiros	575.481	353.645
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(418.548)	(815.777)
Recobramento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	102	444.240
Juros sobre capital próprio recebidos	4.751	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(98.856)	(135.672)
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
(-) Amortização de principal de passivos de arrendamento	(974)	-
(-) Amortização dos juros e passivos de arrendamentos	(1.402)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(1.114)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	53	(285)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	288
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	56	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços	1.095.099	1.094.125
Descontos e abatimentos	(1.266)	(242)
Perdas de crédito esperadas	24	(50)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	4.584	3.545
Outras receitas operacionais, líquidas	7.173	13.554
<b>Receitas totais</b>	<b>1.075.594</b>	<b>1.090.148</b>
<b>Impostos adiquiridos de terceiros</b>		
Impostos-primas consumidas	(801.840)	(783.470)
Custo dos mercadorias revendidas	(13.420)	(18.824)
Créditos fiscais sobre insumos de terceiros e de outros	(144.733)	(138.838)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(80.405)	(58.969)
Reversão do ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	43	305
Reversão (Perdas) na recuperação de ativos próprios	-	24.418
<b>Impostos totais</b>	<b>(1.040.484)</b>	<b>(971.384)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>35.110</b>	<b>108.764</b>
Depreciação e amortização	(11.382)	(5.941)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	23.728	102.841
Valor recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	41.191	(26.131)
Receitas financeiras	285.249	275.357
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>350.168</b>	<b>352.867</b>
Distribuição do valor adicionado		
Passos		
Ramuneração direta	44.201	52.674
Sálários	36.962	49.330
Participação nos resultados	5.309	3.344
Bônus	14.454	12.837
Vantagens	2.639	2.811
Plano de aposentadoria e pensão	4.073	3.427
Plano de saúde	4.835	3.824
FGTS	2.007	2.673
Provisões	58.955	65.511
Tributos		
Federais	10.033	64.105
Estaduais	4.390	10.449
Municipais	490	592
Contribuições sociais	14.812	75.236
Instituições financeiras e fornecedoras		
Juros, variações cambiais e monetárias	205	7.440
Despesas de aluguel	12.698	24.213
Outros	13.201	31.659
<b>Acionistas</b>		
Lucro líquido do exercício	243.520	179.965
Valor adicionado distribuído	243.520	179.965
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>243.520</b>	<b>179.965</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**1. A Companhia e suas operações**

A Petrobras Biocombustível S.A. ("Pbio" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de Junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis, podendo também explorar todas as atividades inerentes à participação em outras sociedades.

A Companhia pode também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa e desenvolvimento de negócios e empreendimentos cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abrangem atividades de base: emissões de carbono, eficiência energética, e tecnologias sustentáveis, podendo também explorar todas as atividades através da participação em outras sociedades. A Companhia, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, associadas ou não e terceiros, pode exercer, no país ou fora do território nacional, qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

a) Para as atividades de logística em território nacional a cargo da Petrobras Biocombustível S.A., o desembarque dos produtos deve, sempre que possível, ser realizado nos centros colônias da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ou de sociedade por ela indicada.

b) As atividades de logística e comercialização dos subprodutos são realizadas pela Petrobras Biocombustível S.A. no País ou fora do território nacional.

c) Na execução de suas atividades, a Companhia pode, observadas as disposições legais aplicáveis, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de sociedade e participar do capital de outras sociedades, relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 9.479/97.

d) A Companhia pode constituir subsidiárias, cujo objeto seja participar de outras sociedades, desde que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios da Companhia.

e) As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social são desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras sociedades, segundo as normas e procedimentos de mercado, observadas os demais princípios e diretrizes das Leis nº 8.478/97, nº 10.430/02, e nº 11.087/03. A Companhia opera duas Usinas de Biocombustível de sua propriedade, sendo uma localizada em Candiares (BA) e outra em Montes Claros (MG). A Usina de Biocombustível de Candiares (CE) teve suas atividades encerradas em dezembro de 2018, conforme aprovação da Administração do Pbio.

Em setembro de 2018, a Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2020-24 com a meta de ser a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente. Neste novo Plano, continua a estratégia de mais integração dos negócios de biocombustível, Petróleo, e certifica de desenvolvimento e eficiência, pois o desenvolvimento das operações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto desse plano na Companhia está descrito na nota 1.1. A Petrobras não faz uma data para as atividades de desenvolvimento de biocombustível se efetivarem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biocombustível em Candiares e Montes Claros e existe o compromisso aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos. A administração afirma o entendimento de continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A.

Em 2020, os principais desafios de Pbio são:

- Aumentar a competitividade nos leilões de biocombustível através da maior capacidade produtiva e da redução do custo das matérias primas.
- Manutenção da competitividade das plantas operacionais com a entrada do B12 (mandato de mistura do biocombustível no diesel) em meço de 2020 conforme aprovação da ANP.
- Geração operacional positiva, compensando as perdas financeiras com Repetro (regime aduaneiro especial).
- Realização dos desenvolvimento previstos dos ativos próprios, processo competitivo de venda conjunta da BSBio e conclusão de arbitragem e venda de participação na Bembul. A Companhia foi consultada com o objetivo de atender as necessidades das empresas e do plano de negócios de seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesta ordem.

**1.1. Destaques do exercício**

Em 20 de Junho de 2020, foi inaugurada, em Candiares (BA), a primeira usina de produção comercial de biocombustível de Petrobras, e a usina de Montes Claros (MG), em 06 de abril de 2009.

A Companhia também possui parceria com a R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSBio Participações S.A., em empresas BSBio Indústria e Comércio de Biocombustível S.A. (BIBio) que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marilândia (PR).

A capacidade total de produção de biocombustível do Pbio, considerando suas participações é de 1.173 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2019, a Companhia investiu R\$ 5.854, em ativo imobilizado e melhorias operacionais das usinas de produção em manutenção para atendimento das exigências de Segurança, meio ambiente e saúde.

Desde que a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras anunciou a saída do segmento de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustível realizou três importantes operações: venda da participação na Belém Bioenergia Brasil (BBB), divulgação da oportunidade (Inveco) referente à venda da BSBio Indústria e Comércio de Biocombustível S.A. (BIBio) e venda das ações de indústria do Biocombustível e Comercial S.A. (Biocome) detidas pela Pbio (0,07%).

**Venda de Belém Bioenergia Brasil (BBB)**

Em 2019, a Companhia possui parceria com a Oelp Bioenergy B.V. ("Oelp") na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), por meio do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma em área plantada de 42 mil hectares dividida em dois polos produtivos localizados em Tailândia e Tansu-Áng no Vietnã. Em 06 de agosto de 2019, a Petrobras Biocombustível assinou o contrato para venda de sua participação de 50% na Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Oelp Bioenergy, conforme nota explicativa 10.

Em 2019, a Companhia realizou aportes no valor total de R\$ 52.668 na Belém Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais.

**Venda de BSBio**

A BSBio possui duas usinas de biocombustível, uma em Passo Fundo (RS), com capacidade de produção de 288 mil m³ por ano e produção de etanol, em 2020, para 414 mil m³ por ano, e outra em Marilândia (PR), com capacidade para produzir 414 mil m³ por ano. Em 20 de dezembro de 2019, a Petrobras Biocombustível (Pbio) iniciou etapa de divulgação de um processo de venda da totalidade das ações da BSBio Biocombustível, conforme nota explicativa 10.

**Venda da BSBio Indústria e Comércio S.A. (BIBio)**

Em 2019, a Petrobras Biocombustível possui participação acionária minoritária na BSBio Indústria e Comércio S.A. (BIBio), uma processadora de óleos vegetais localizada na Bahia, que atualmente está em processo de recuperação judicial. Em 28 de dezembro de 2019, a Petrobras Biocombustível S.A. (Pbio) vendeu a sua participação de 0,07%, conforme nota explicativa 10.

A Petrobras Biocombustível exerceu a opção de venda das suas ações de indústria do Biocombustível, prevista no termo de rescisão do Acordo de Acionistas de Biocombustível. O fechamento de operação foi estruturado à esmola do contrato de compra e venda de ações, o que possibilita o recebimento do capital de empresa.

**Bembul Bioenergia S.A. (Bembul)**

A Petrobras Biocombustível (Pbio) detém 8,4% do capital social da BAMBUL, sociedade com a TURDIUS PARTICIPAÇÕES S.A. (TURDIUS) que detém o restante das ações da empresa. A empresa atua nos segmentos de produção de etanol hidratado e energia elétrica. Para expansão de sua planta industrial, a empresa atua na produção de cana-de-açúcar, parte em áreas próprias e arrendadas e parte com fornecimento de matéria-prima de terceiros.

A moagem de cana-de-açúcar da safra 2019/2020 totalizou 1,114 milhão de toneladas e uma produção de 87,6 mil m³ de etanol hidratado.

Está em curso um processo de arbitragem entre os acionistas relativo a suposto inadimplemento da Pbio perante a sociedade coligada.

Carimbo



**Petrobras Biocombustível S.A.**  
CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

**2. Entidades do Grupo**

Em 31 de dezembro, a Companhia possui participação nas seguintes entidades:

Empreendimentos controlados em conjunto	% Participação no capital			
	2019		2018	
	Subscrito e Integrado	Votante	Subscrito e Integrado	Votante
ESSE Ind. e Com. de Biocomb. Sul Brasil S.A.	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Biolim Biocomb. S.A.	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%
Demais Investimentos				
Bioleão Industrial e Comercial S.A.	0,00%	0,00%	0,07%	0,07%
Bentim Biocomb. S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

**3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciando todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente as que se relacionam às atividades da Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base de valor, exceto quando de outra forma indicada. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem diferir desses estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

Conforme apresentado na nota explicativa 10 e alinhado com o Plano Estratégico 2040, houve a venda das participações de produção de biocombustível no Seltim Biocomb. Brasil - SBS e no Bioleão Industrial e Comercial. Os administradores da Companhia, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2020, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras, em virtude da aprovação do Conselho de Administração, conforme Assessoria Geral Extrajudicial de 28 de dezembro de 2019.

**3.1. Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como esta riqueza é distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como esta riqueza é distribuída.

**3.2. Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia e de seu Empreendimento Controlado em Conjunto e demais Investimentos no Brasil é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

**3.3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou os seguintes pronunciamentos contábeis no pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos e no pronunciamento CPC 22 - Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

**3.3.1. CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. Com a adoção do CPC 06 (R2), a companhia deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passou a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) o efeito da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) o despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento de longo prazo. Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que anteriormente eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimentos passaram a ser apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerou impactos no posição líquido de Fluxo de Caixa da Companhia.

A adoção inicial, foi utilizado o método de abordagem de efeito cumulativo, não representando as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Os seguintes exemplos foram aplicados:

- aplicou-se o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional;
- o passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados utilizando a taxa incremental sobre o empreendimento de adoção inicial;
- ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data de adoção inicial. Não foram considerados na mensuração do direito de uso na data de adoção inicial, os custos de transação.

**3.3.2. IFRS 16 - Incentivos sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

O IFRS 16 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incentivos sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não sendo provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incentivado adotado, tal incentivo deve ser refletido na contabilização do tributo sobre o lucro no período. Não foram identificadas impactos na adoção do IFRS 16.

**4. Sumário das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis - para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras - estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as práticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, exceto pela aplicação de o CPC 06 - "Arrendamento Mercantil", que foi adotado pela companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

**As notas que apresentam práticas contábeis são:**

- 6. Contas a receber
- 9. Estoques
- 10. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias
- 11.7 Investimentos - Prática contábil
- 12.1 Imobilizado - Por fim de ativo
- 13. Redução no valor contábil dos ativos - Impairment
- 15. Arrendamentos mercantis
- 18. Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
- 19. Benefícios pós-emprego - Plano de pensão e saúde
- 20. Patrimônio Líquido
- 21.1. Receita de Vendas de Produtos
- 24.1 Processos judiciais e contingências
- 4.1. Instrumentos financeiros
- Instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
- 4.1.1. Ativos financeiros
  - a) Reconhecimento e mensuração inicial
    - Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto por contra e receber de clientes que não contêm componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.
    - b) Classificação e mensuração subsequente
      - Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo, por meio dos outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:
        - **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratual;
        - **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida), cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratual do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mensurados por negociação nem contraprestação contratual, que no reconhecimento inicial, a companhia elegu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
        - **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

**4.1.2. Passivos Financeiros**

a) Reconhecimento e mensuração inicial  
Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Caso os passivos financeiros não sejam reconhecidos inicialmente, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente  
Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando passivos financeiros mensurados ao custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis referindo o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remanescente quando da modificação não substancial dos seus termos e o seu saldo contábil ao reconhecimento anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. A companhia não teve modificação substancial que tenha afetado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, referem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

**5. Estimativas e julgamentos relevantes**

5.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

As propriedades relacionadas aos negócios de produção e gestão para os primeiros dois anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais propriedades são consistentes com evidências de mercado, tais

como previsões macroeconômicas independentes, análises de indústria e de especialistas. Tais estimativas, como backlog e feedback, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão de companhia.

Modelo de previsão de preço do petróleo é baseado em uma relação não linear entre as variáveis que visam representar o fundamento de oferta e demanda do mercado. Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-pela mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de Impairment. O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seu valor contábil e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de que os preços dos ativos em mercado são inferiores aos atuais.

5.2. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGCs podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimento, estratégicos ou operacionais que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGCs. Mudanças em perdas ou receitas adicionais na recuperação de ativos. Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou receitas adicionais na recuperação de ativos. Isto pode ocorrer uma vez que a revisão de fatores de investimento, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quabré-CE, que detrou de fazer parte da UOC das Usinas de Biocomb. e passou a ser testado isoladamente. O investimento em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o Igitu por rentabilidade futura (goodwill), é testado individualmente para fins de avaliação de sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução do valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.3. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadorias e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais utilizadas estão:

(1) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado, mais uma taxa real de retorno de longo prazo de 5,00% (taxa real de retorno de longo prazo do governo brasileiro);

(2) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de despesa para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que tem o mesmo a taxa de inflação geral de economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido às mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.4. Estimativas relacionadas a processos judiciais e extrajudiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e extrajudiciais, envolvendo questões fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos Julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionais e contingências são apresentadas na nota explicativa 24.

**5.5. Perdas de crédito esperado**

São mensuradas requerimento pela Administração, sendo constatadas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de autores especiosos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

**6. Normas e interpretações**

Constitui as demonstrações contábeis a adoção do International Financial Reporting Standard (IFRS), tal como emitido pelo IASB. A seguir, é apresentado o normativo contábil, emitido pelo CPC, que ainda não entrou em vigor e não teve sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019, bem como as IFRS equivalentes. A Companhia não espera que ocorram impactos em 2020.

Princípio ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos - Nº 14/2019	Definition of a Business - Amendments to IFRS 3	1º de Janeiro de 2020

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixa e Bancos	60	3
Total	60	3

**8. Contas a receber, líquidas**

	2019	2018
Tercélio	1.725	1.600
Partes relacionadas	150.628	180.832
Receitas de ativos financeiros (i)	1.308.052	1.163.269
Juros sobre capital próprio e recebidos	1.423	-
Outras	29.107	350
Total	1.490.445	1.375.108
(i) Perdas de crédito esperadas - PCE (ii)	(4.185)	(4.212)
Total	1.486.260	1.370.896

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios performados e não performados de operações realizadas por empresas e sociedades, ou ajustado, com base em dados observáveis atuais para refletir as condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Em geral, parte de demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, exceto quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default), que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço, com o risco de inadimplência (default), que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente de avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde a sua reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações recebíveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço, baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A Companhia considera inadimplência quando o contratante não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos em conformidade com o contrato, exceto quando informações recebíveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possuem outros conformes as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

8.1. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

A Companhia possui um fundo de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pela Caixa Nacional de Contratos, com um custo de 100% do CDI por operação. Em 31 de dezembro 2019, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

**9. Estoques**

	2019	2018
Matéria-prima (I)	461	592
Produtos intermediários (II)	25.829	15.015
Produtos acabados (III)	22.032	17.203
Matérias	0.867	0.956
(i) Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	(57)	(102)
Total	56.212	39.868

(i) Metano, (II) Óleos e gorduras vegetais e de animais, e (III) Biocomb. glicérol, bora de refinado e ácido glicó.

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de produção e os estoques adquiridos quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

De produtos contêm, principalmente, biocombustível, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.


Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os aditivos de estoque de biocomb.

De matérias e suprimentos para manutenção e outros componentes, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O custo de realização líquida compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de comissão e aquele necessários para a realização da venda.

Continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: PETROBRAS BIOCMBUSTIVEL S A  
 NIRE: 333.0028725-6 Protocolo: 00-2020/105295-4 Data do protocolo: 17/07/2020  
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/08/2020 SOB O NÚMERO 00003921233 e demais constantes do termo de autenticação.  
 Autenticação: E126AA53C2956FB2BBE004A1EB4E2D53A0DCE32EAB2AF15380718DC5D19DCDD  
 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 11/14





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

10. Venda de ativos e outras reestruturações societárias

Os Planos de Negócios e Gestão de Petróleo e da Companhia possuem parâmetros estratégicos e desinvestimentos. A carteira de ativos para potencial interação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios e, por essa razão, a condição para a desativação de ativos, como mercado para venda, somente é alcançada quando a alienação for aprovada pelo Conselho de Administração de controladora.

Em 03 de agosto de 2019, a Pátria Amada Brasil S.A. vendeu sua participação de 50% na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) para a Delt Energy B.V., que detém em sua opção 50% de participação da BBB. O valor de operação é de R\$ 24.757, que será dividido pelo Gelo, em dezembro de 2020, para potenciais pagamentos de indenizações. O fechamento de operação depende, entre outras condições precedentes, da aprovação do CADE.

Em 01 de novembro de 2019, em continuidade à operação de venda da sua participação de 50% na empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) e, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a negociação de venda entre a Gelo e a Pátria foi concluída. Em 20 de dezembro de 2019, houve a divulgação ao mercado do leilão para a venda da totalidade das ações da BSBOS Indústria e Comércio de Biocombustível S.A. (BSBOS) pelo Pátria, em conjunto com sua sócia R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSBPV - BSBKOS Participações S.A.

Em 27 de dezembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a venda da participação da Pátria no Biológico para a 21 Participações Societárias EIRELI pelo montante total de R\$ 102, com o consequente extinção da participação societária da Pátria.

11. Investimento

11.1. Mutação dos investimentos

Table with columns: Empresa, 2019, Aporte, Resultado Equivalência, Impairment Reverso, Amortização da mais valia de ativos, Transf. para Venda, Juros sobre Capital próprio, 2019. Rows include BSBOS Ind. e Com. de Biocomb. S.A. and Biocomb. BSBOS S.A. (G) Total.

(\*) O resultado de equivalência está impactado pelo montante de R\$ 4.051 referente à apropriação para investimento na Investida Biológico desde 2016.

(\*\*) A venda de Biológico no valor de R\$ 102 impactou o reverso de Impairment e a transferência do montante para venda.

(\*\*\*) Referem-se a pagamentos vinculados de juros sobre capital próprio-JCP aos acionistas da Companhia a partir de abril de 2019.

(§) A Investida Belém Bioenergia Brasil S.A. possui Impairment integral desde a data-base de 2016, exceto pela reversão de Impairment, efetuado em agosto de 2019, no valor da venda (R\$24.757). Os aportes realizados na Investida, durante o ano de 2019, foram efetuados para o propósito de manutenção do plano de palma e o registro contábil de equivalência patrimonial é observado pela atualização do Impairment. Portanto o resultado final da Companhia é afetado pelos aportes.

Prática contábil

Investimentos societários: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser desativado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo das direções e estratégias das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, não havendo operações em conjunto. Nas demonstrações financeiras, os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados, pelo método da equivalência patrimonial (MEP), a partir da data em que elas se tornam investimentos.

Combinação de negócios e goodwill: Combinação de negócios é um evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo. Pelo método de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados pelo seu valor justo, com limitadas exceções.

O custo de aquisição de uma entidade futura (goodwill) é mensurado pelo montante, cujo valor (G) da contrapartida transferida em troca do controle da adquirida; (R) do montante de qualquer participação de não controladores na adquirida; (T) e, no caso de combinação de negócios realizada em estágio, do valor justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação, exceto o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultam em alteração de controle, não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/valorizado, incluindo custos de transação divergentes relacionados, e o valor contábil de participação adquirida/vendida.

12. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 estava representado de seguinte forma:

Table with columns: Termos, edificações e benfeitorias, Equipamentos e outros bens, Direitos de uso, Ativos em construção, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2019, Adições, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2019, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2018, Adições, Depreciação, Saldo em 31 de dezembro de 2019, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2018.

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, ao seu valor de custo, complementado pelos gastos necessários à sua instalação e funcionamento. O valor de aquisição é limitado anualmente para eventuais ajustes em seu custo, caso seja necessário. A depreciação é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

As benfeitorias referem-se à ampliação da capacidade de produção das usinas de biodiesel, de propriedade da Petrobras. Essas usinas estão arrendadas pela Companhia e são regidas por um contrato de arrendamento, onde não são previstas quaisquer deduções de valores gastos em benfeitorias pela Companhia.

Os gastos relacionados aos ativos em construção, que totalizam, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 3.008 (2018 - R\$ 720) referem-se, principalmente, à melhoria nas usinas de biodiesel, visando a otimização e o aumento da confiabilidade nas unidades de pré-tratamento, transferência e refino; (E) adequações do parque de traspasse; e (F) ampliações nas instalações prediais.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuídos para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, depreciação da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável de ativos - (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais são reconhecidas no ativo imobilizado, quando o prazo de garantia for superior a dois meses e houver provabilidade das companhias. Esses gastos são depreciados pelo período previsto, até a próxima grande manutenção. Os gastos com manutenções, que não atendem a essas condições, são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

A perda de reposição e substituição, com vida útil superior a um ano e que não podem ser utilizadas em conjunto com itens do ativo imobilizado, são reconhecidas como despesas no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidas em "lucros/receitas (despesas) operacionais, líquidas" no demonstrativo do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis acordadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos de longo prazo são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

13.1. Imobilizante

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados com indicio de desvalorização, a Companhia prioriza o emprego do valor em uso dos ativos (goodwill) e a capacidade de fornecedores de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ativo (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Os resultados dos testes são apresentados a seguir:

Table with columns: Ativo, 2019, 2018, 2019, 2018. Rows include NCMS, PISCOFINS, IRRF, PIB, Outros tributos, Total, Circulante, Não circulante.

Em 2019, houve aumento no saldo do PISCOFINS, devido ao aumento nas operações de aquisição de insumos. Nesse ano, o saldo do IRRF apresentou aumento em decorrência do maior volume de aplicações financeiras, especificamente FDC.

UOC de área de Biocombustível: UOC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A distribuição da UOC, com avaliação conjunta das usinas, refere o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições de mercado nacional e a capacidade de fornecedores de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ativo (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Table with columns: Unidade de Biocombustível, Custo, Depreciação, Valor Líquido. Rows include Ativo Aquilado, Saldo Impairment, Valor Recuperável, Reverso Impairment, Valor Contábil.

Prática contábil: A companhia avalia os ativos imobilizados e intangíveis, quando há indicadores de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos, que gere grupos de caixa. Entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UOC). A nota explicativa 5.2 apresenta informações detalhadas sobre as UOCs da companhia.

Os ativos vinculados à produção de biodiesel e aqueles que têm vida útil indefinida, como o ativo por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na consideração do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UOC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesas de venda.

Considerando-se as sinergias das Unidades de Biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos ao final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxa de câmbio e preços, baseadas no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

14. Fornecedores

Table with columns: 2019, 2018. Rows include Títulos no país (I), Partes relacionadas (R), Total.

(I) Principais fornecedores: Cengill Agrícola, Capri Alimentos de Insumos e Bunge Alimentos.

(R) Não se aplicam as transações com partes relacionadas na nota explicativa 15.

15. Arrendamentos mercantis

O CPC 06 (R2) contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, e a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários quanto de arrendadores.

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia reconheceu o valor de R\$ 1.278 nos saldos de ativo imobilizado e financiamentos, em virtude do encerramento dos ativos de direito de uso, com prazo de 2,4 anos, à taxa de 3,3763% a.a., sob equívocos no passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o patrimônio líquido da companhia. Os ativos de direito de uso, apresentados no ativo imobilizado, representam o arrendamento de um imóvel comercial, onde está situado o sede de companhia. O passivo de arrendamento está apresentado em linha própria nas demonstrações financeiras da companhia.

Prática contábil: Os contratos de arrendamento, incluindo aqueles cujo ativo subjacente não é de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da companhia, visto que, as taxas de juros implícitas, nos contratos de arrendamento com títulos, normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Referências no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de impostos ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos, devido a novas extensões de prorrogação ou rescisão do arrendamento. Os juros incobrados atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesas ao longo do prazo do contrato.

16. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos eram compostos como segue:

Table with columns: Ativo, 2019, 2018. Rows include Circulante: Petróleo Brasileiro (I), Outros, Passivo: Circulante: Fornecedores, Contas a pagar (I), Petróleo Brasileiro, Outros Fornecedores, Total.

Resultado: Receita Líquida de vendas: Petróleo Brasileiro (R), Despesas compartilhadas: Petróleo Brasileiro (V), Resultado financeiro, líquido: Petróleo Brasileiro (V).

(I) Referem-se, principalmente aos créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, aos provedores de serviços de comunicação, fornecedores de energia elétrica, fornecedores de gás natural e Biocombustíveis - ANP.

Também, compreendem os juros sobre capital próprio a receber de BSBOS.

(R) O saldo a pagar refere-se, principalmente, à devolução de capital no montante de R\$ 840.000, conforme nota explicativa 20.

(S) Os valores referem-se, principalmente, à venda de 100% do volume total de biodiesel para a Petrobras nos períodos de 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(V) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos, gastos com arrendamento das usinas de biodiesel, gastos com compartilhamento de custos e despesas; e

(W) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de faturamento e receitas com aplicação financeira no FDC, conforme nota explicativa 25.

16.1. Garantias: A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança, com prazo final em dezembro de 2026, assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SIF nº 1.381/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos adquiridos no País na condição de Admissão Temporária em o Regime Advalorem Especial de Exportação e Importação de Bens Dedicados às Atividades de Pesquisa e de Leva das Indústrias de Petróleo e de Gás Natural.

A Petrobras, renuncia a Sociedade com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano pro-rata sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2019, foi atualizada a receita de R\$ 192.751 (2018 - R\$ 225.753), conforme nota explicativa 25.

As garantias concedidas pela Companhia representadas por esses tributos suspensos de Petrobras apresentam os seguintes saldos e liquidez:

Table with columns: 2019, 2018. Rows include 2020, 2023 em diante.

17. Remuneração da administração da Companhia: O exercício de 2019, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totálzava o valor de R\$ 4,369 (2018 - R\$ 2,292).

18. Tributos: 18.1. Tributos correntes: A conta de impostos e contribuições, correntes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, se compõe de:

Table with columns: Ativo, Passivo, 2019, 2018, 2019, 2018. Rows include NCMS, PISCOFINS, IRRF, PIB, Outros tributos, Total, Circulante, Não circulante.

Em 2019, houve aumento no saldo do PISCOFINS, devido ao aumento nas operações de aquisição de insumos. Nesse ano, o saldo do IRRF apresentou aumento em decorrência do maior volume de aplicações financeiras, especificamente FDC.

Continua





MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A. CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 - Empresa do Sistema Petrobras

11.2. Racionalização do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Lucro antes dos impostos (243.520 vs 234.399), Imposto de renda e contribuição social de alíquotas nominais (34%), Incentivos fiscais (1.362 vs 3.734), Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (62.059 vs 29.206), Outros (20.312 vs 7.804), Imposto de renda e contribuição social devidos (54.724 vs 54.724), Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (0,0% vs 23,3%).

Em 31 de dezembro de 2019, o prejuízo fiscal do imposto de renda e de base negativa de contribuição social, arrolados das diferenças temporárias transitaram, respectivamente, R\$ 2.341.024 e R\$ 2.341.811 (2018 - R\$ 2.497.892 e R\$ 2.498.436). A Companhia não reconheceu efeito fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização dessas benefícios, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 32.

10. Benefícios concedidos a empregados
10.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Incentivo Social
A partir de 1994, a Companhia mantém em vigor o plano de previdência complementar de responsabilidade do plano de previdência social, conhecido como Plano Petros 2. A Companhia não reconheceu efeito fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização dessas benefícios, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 32.

10.2. Plano de Saúde
O plano de saúde é administrado pela Petrobras e seu custo é baseado em princípios de subsuasistibilidade do beneficiário, e conta com regras próprias para reembolso de despesas médicas. O principal risco atuado é o relativo ao custo de manutenção dos custos médicos, que decorre tanto da implementação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas, quanto de um maior consumo de saúde.

10.3. Plano de Assistência Médica (AMS)
A Petrobras Biocombustível mantém um plano de assistência médica (AMS) pré-emprego para todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

10.4. Plano de Assistência Médica (AMS)
O plano de assistência médica não está coberto por ativos gerenciais. O pagamento das beneficiárias é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

10.5. Plano de Assistência Médica (AMS)
A duração média de passivo atuarial do plano, na data base em 31 de dezembro de 2019, é de 38,34 anos.

10.6. Plano de Assistência Médica (AMS)
Em 18 de janeiro de 2018, o Conselho Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), por meio das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de crédito das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de subsseguro.

10.7. Plano de Assistência Médica (AMS)
A Companhia tem até 40 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentro dela, uma possível redução no passivo atuarial, feito em vista e mudança da regra de participação da empresa no custo do plano, que passará a respeitar limite partitório, entre a companhia e os participantes.

10.8. Plano de Assistência Médica (AMS)
(a) Movimentação do Valor Presente das Obrigações (VPO)
Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Obrigação atuarial no início do exercício (5.121 vs 8.225), Custo do serviço corrente (725 vs 1.876), Custo dos juros (471 vs 808), Remuneração (Derivados) (995 vs 8.422), Remuneração (Derivados) (4.685 vs 7.118), Valor Presente das Obrigações no final do exercício (11.817 vs 14.821).

(b) Movimentação do Valor Justo dos Ativos do plano
Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Ativos do plano no início do exercício (87 vs -), Receita de juros (5) vs (3), Rendimentos sobre os Ativos (Maturação que é Item de Desconto) (45) vs (27), Valor Justo dos Ativos no final do exercício (115) vs (67).

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial
Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Não atuante (11.817 vs 14.821), Valor presente das obrigações (115) vs (67), Passivo líquido em final do exercício (11.702 vs 14.821).

(d) Estimativa de provisão atuarial líquida
Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Saldo em 1º de janeiro (5.054 vs 8.225), (+) Diferença entre provisão em outros resultados abrangentes (1.81) vs 2.708, Passivo líquido no final do exercício (11.702 vs 14.821).

(e) Previsões atuariais adotadas no cálculo
Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include: Taxa nominal de desconto (7,30 vs 9,22), Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (7,30 vs 9,22), Taxa nominal de crescimento salarial (3,81 vs 4,01), Inflação (3,81 vs 4,01), Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (10,46 vs 12,03).

(f) Em 2019, taxa variável de acordo com o percentual de função graduação.
previsão contábil
As obrigações com os planos de benefícios distribuídos de pensão e aposentadoria e de assistência médica são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método de unidade de crédito projetado, líquido dos ativos gerenciais do plano, quando aplicável. O método de unidade de crédito projetado considera cada período do serviço como taxa geradora de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo de obrigação final, e considera determinantes preterite atuariais que incluem: salmétricas demográficas e econômicas, salmétricas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre os despeses e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: (i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definida resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; (ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definida por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano de benefício definido) no período de benefício definido; (iii) custo do passivo de benefício definido é a diferença, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Taxa Juros são reconhecidos no resultado. Remunerações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, a compreender: (i) ganhos e perdas atuariais e (ii) retorno sobre os ativos do plano, incluindo valores consideráveis nos lucros sobre o valor líquido de passivo de benefício definido.

20. Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.748.670 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 4.378.444), está representado por 374.698.000 ações ordinárias em valor nominal em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 4.378.444, todas escrituradas com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 08 de novembro de 2019, foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$ 209.220, equivalente a 20.922.616 ações, integralizado mediante aporte de propriedade da acionista Petróleo Brasileiro S.A., incluindo rubricadas, equipamentos, materiais e demais imobilizados das Unidades de Biodiesel de Cardeal, Monte Carmo e Ourubá; terreno em Cardeal, Bahia e terreno em Ourubá, Ceará. O aporte foi devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Em 30 de dezembro de 2019, houve a Assembleia Geral Extraordinária para a redução de capital no montante total de R\$ 840.000, mediante o cancelamento de 84.000.000 ações. O lucro do ano de 2019 foi de R\$ 243.520, decorrente, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 265.044, destacando-se os resultados nas operações de fiação, compreendido pelo prejuízo sobre o resultado financeiro líquido R\$ 82.715.

21. Receita de vendas
Receita bruta de vendas 1.063.813 (1.063.883)
Encargos de vendas (124.370) (124.891)
Receita de vendas 939.443 938.992
Biodiesel 683.825 676.744
Óleo Bruto 15.888 29.800
Custo Isco 4.510 4.620
Gólio de Marmona 5.878 8.725
Outros 9.424 9.484
Receita de vendas 939.443 938.992

22. Custo do produto vendido e despesas por natureza
Depreciação e amortização (11.281) (5.837)
Despesas com pessoal (1) (82.611) (81.953)
Materiais-primas / produtos adquiridos (815.303) (800.302)
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais (97.631) (78.313)
Outros 14.757 (5.836)
Total (971.677) (956.303)
Custo do produto vendido (914.464) (874.414)
Despesas com vendas (5.893) (5.785)
Despesas gerais administrativas (52.132) (80.121)
Total (972.679) (956.303)

23. Outras (despesas) receitas, líquidas
Assistência Médica (1.367) (873)
Incentivos Fiscais (1) 4.008 10.681
Previdência de plano de recuperação de ativos - - (593)
Provisão para processos judiciais e administrativos (1.228) (4.163)
Participação nos Lucros e Resultados (5.309) (3.344)
Outros (despesas) receitas (1.082) 1.866
Total (4.884) 28.292

24. Processos judiciais e contingências
Processos Trabalhistas 4.741 4.254
Processos Fiscais 238 101
Processos Arbitrais 143 -
Processos Cíveis 22 22
Total 5.174 4.377

Processos Judiciais, que constituem obrigações presentes cujo settled do recurso não é provável no seu a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor do ativo de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, se houver que seja razoável a possibilidade de settled. Os passivos contingenciais estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2019, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Processos Trabalhistas 971 2.415
Processos Fiscais (1) 1.746 184.736
Processos Cíveis (1) 848.167 342.020
Total 849.234 529.171

(f) Acórdãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em segunda instância administrativa favoráveis à companhia ocasionaram a redução de contingências fiscais relacionadas a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), totalizando R\$ 182.179 no 1º semestre. No primeiro trimestre foi relatado a contingência de R\$ 117.673 relativa ao auto de infração relacionado a créditos de PIS/COFINS aplicados sobre o produto de biodiesel sujeito ao regime especial de que trata o artigo 4º da Lei nº 11.180/2005. Em 05 de maio de 2018, tomou-se ciência do acórdão do CARF que possibilitou a redução de contingência fiscal no montante de R\$ 85.508 relativa ao auto de infração por suposto inclusão de despesas não dedutíveis na base de cálculo referente aos tributos relativos ao ano-calendário de 2012.

(g) Processo de arbitragem em curso. Em 14 de janeiro de 2018, a causa foi reinterposta em razão do reconhecimento de alegações iniciais das Requerentes no referido processo arbitral, com alteração no valor requerido de R\$ 258.934 para R\$ 341.726. Em 26 de junho de 2019, o Tribunal Arbitral, diante de novas alegações e documentos apresentados nos autos, determinou a realização de uma audiência de conciliação para R\$ 840.000 (integralizado até setembro/2018). Em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da suspensão, o novo montante é de R\$ 843.799.

Previsão contábil
As prováveis são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos, que incorporem benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingenciais não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas, quando a probabilidade de settled do recurso for possível, inclusive aqueles cujo valores não possam ser estimados.

8





MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

25. Resultado financeiro

Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include Receitas Financeiras - sobre taxa (RE 10.1), Receitas (Despesas) de Aplicações Financeiras, Receitas Financeiras - contas a receber vendas, Juros Recebíveis de Clientes, Despesas Financeiras - Taxas, Despesas Financeiras - divida de um bem financeiro, Valorização Cambial e Monetária.

26. Instrumentos financeiros

26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais diante das condições vigentes no mercado.

Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include Instrumentos financeiros Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber - FIDC, Outras contas a receber, Total.

Table with 2 columns: 2019 and 2018. Rows include Passivos Fornecedores, Tercelros, Contas a pagar (redução de capital), Outras contas a pagar e pagar, Total.

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os ativos de caixa e equivalentes de caixa - contas a receber (FIDC), valores a receber, fornecedores e de contas a pagar e outros ativos e passivos - estão mensurados ao custo amortizado. De outros ativos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes ao custo de mercado.

26.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de risco é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição

a risco, que tentam ao próprio evento das suas atividades, que decorrem do contrato em que ela opera, de modo que, através da alocação eficiente dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

26.3.1. Risco de crédito: A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou gerados por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

26.3.2. Risco de liquidez: A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dividendos de curto prazo, transferências de vendas e aportes dos controladores, quando necessário.

26.3.3. Riscos de Mercado: a) Risco de taxa de juros: Devido de possibilidade de Companhia sofrer perdas, decorrentes de oscilações de taxas de Juros, incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras, a Pátria não está exposta.

b) Risco de taxa de câmbio: Devido de possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

26.4. Seguros: A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

27. Eventos subsequentes: Em 23 de janeiro de 2020, a Petrobras divulgou fato relevante informando o início da fase não circulante referente à venda de totalidade das ações da BSBios Indústria e Comércio de Biocombustível Sul Brasil S.A. (BSBios) pela sua subsidiária Integral Petrobras Biocombustível S.A. (Pbio), em conformidade com as diretrizes para desinvestimentos da Petrobras e da Pbio, previsto no Decreto nº 9.188/2017.

Essa operação foi realizada de otimização do nosso portfólio e é melhor de alocação do nosso capital, visando à maximização de valor para os nossos acionistas. A Pbio detém 50% de participação na BSBios e realizou a venda em conjunto com a sua mãe, a RP Biocombustíveis S.A., que detém os 50% restantes, por meio de processo competitivo conduzido exclusivamente pela Pbio.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCIO BASTOS DEMORI Presidente

EDMUNDO JOGÉ CORREIA ARES Diretor

ALEXANDRE QUINTÃO FERNANDES Diretor

ANAMÉLIA DE SOUZA ACUY Controladora - CRC-RJ-002.9090-7

RELATÓRIO DO AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesse data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis adotadas e outras informações essenciais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesse data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acrescentamos que a existência de auditoria pública é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase - Transação com partes relacionadas: Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e contas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme detalhado nas notas explicativas nº 6 e 10 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está restringida em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios descritos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, se essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios descritos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras fornecidas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras, nossas responsabilidades e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, decidindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desses bens contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, a nível de materialidade relevante. Nossa segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes e ocultas. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem impacto, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da nossa avaliação de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos as áreas de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a prevenção de erro. Já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, contabilidade ou representações feitas internacionalmente.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a essa base contábil que possa levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Nossa responsabilidade pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, de ações de auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014429-0 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes Contador CRC RJ-1126300-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2020. Tomou conhecimento ainda da proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2019. O Conselho Fiscal, por unanimidade, e de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, ressalvado o efeito na avaliação patrimonial decorrente do reconhecimento do crédito fiscal de PIS COFINS na BSBios, no valor de R\$ 25,8 milhões, por entender que não estão presentes as condições de recuperabilidade.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de destinação do lucro do exercício de 2019, no montante de R\$ 343.025 mil, para a compensação parcial do saldo de prejuízos acumulados, conforme Art. 189, da Lei nº 6.404/76, e ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020.

Emílio Carneiro Prado Conselho

Presidente Milton Pinato Junior Conselho

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS ("CAECO")

Em seu reunião nº 28, de 14/02/2020, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras manifestou-se no seguinte sentido: "Principais Reservas, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Pbio) - Exercício 2019. O Diretor Administrativo e Financeiro Alexandre Quintão Fernandes apresentou as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 da Pbio. O Auditor da KPMG Bruno Marcondes apresentou os aspectos relevantes na avaliação da KPMG, destacando que emitirá um relatório sem ressalvas e com Ltra íntima em "Transações com Partes Relacionadas". O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou

conhecimento das informações e recomendou à Assembleia Geral Ordinária da Pbio a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, o CAECO solicitou que a Unidade Contábil e Tributária informe se houve avaliação de risco tributário sobre as operações de garantia da Pbio para o Repetor". Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020. Heloisa de Paula Batista Vartan Coordenadora

